



Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU / RN

CEP: 59.330-000

Data: 02/04/2025



Pasta / Processo: PROCESSO Nº 20030001/2025 - AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O "III SEMINÁRIO DA ANORPREV", PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS

Código: Documento:

76351 1 - DFD - Instituto de Previdência dos Servidores

76352 1.1 - Solicitação Previ Jucurutu

76353 1.2 - Programação do Evento

77104 1.3 - Boletos para Pagamento

76354 1.4 - Documentos de Habilitação

76355 2 - Solicitação Aprovação Abertura Proc. 20030001-2025

76356 3 - Aprovação da Demanda Proc. 20030001-2025

76357 3.1 - PORTARIA Nº 133 ELABORAÇÃO DOS EDITAIS - PMJ

76358 3.2 - PORTARIA Nº 136 EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA PMJ

76359 3.3 - PORTARIA Nº 137 EQUIPE DE CONTRATAÇÃO DA PMJ

76360 4 - Encaminhamento Planejamento Proc. 20030001-2025

76640 5 - APRESENTAÇÃO ETP PROC. 20030001-2025

76641 6 - ETP - AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA O III SEMINÁRIO DA ANORPREV

76642 7 - MGR - AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÕES PARA O III SEMINÁRIO DA ANORPREV


76677 8 - Apresentação TR - Proc. 20030001-2025

77105 9 - TR - INEX - Seminário Anorprev PREVI

77106 10 - Relatório Pesq. Merc. 20030001-2025

76689 10.1 - Mapa - Pesquisa Mercadológica

77387 11- DESP PREFEITO APROVAÇÃO TR -PROC_nº200300012025-AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O "III SEMINÁRIO DA ANORPREV"

| | |
|--|---|
|  | <p>Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU Lei de Criação nº 861/2016 CNPJ: 25.344.040/0001-81 End: Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro Jucurutu/RN - CEP: 59330-000 E-mail: previjucurutu@gmail.com</p> |
|--|---|

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA PARA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

UNIDADE REQUISITANTE:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU

AGENTE RESPONSÁVEL:

Maria da Paz de Araújo - Presidente do PREVI JUCURUTU

MATRÍCULA: 000115-1

E-MAIL:

previjucurutu@gmail.com

TELEFONE:

(84) 9.9993-6441

I – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários.

Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.


Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

Importante registrar, neste instante, que a ANORPREV é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível estadual/regional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

II – OBJETO



| | |
|--|---|
|  | <p>Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU Lei de Criação nº 861/2016 CNPJ: 25.344.040/0001-81 End: Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro Jucurutu/RN - CEP: 59330-000 E-mail: previjucurutu@gmail.com</p> |
|--|---|

Aquisição de **06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.**

III – CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não há no Município de Jucurutu, assim como no PREVI JUCURUTU, o Plano de Contratações Anual diante do fato de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada, por prazo determinado, com base no que preconiza a Lei nº 14.133/2021.

IV – QUANTIDADE A SER CONTRATADA E ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O levantamento da demanda foi motivado e estimado pela necessidade descrita na justificativa, conforme tabela em anexo.

V – DATA PREVISTA PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade dessa autarquia previdenciária, conforme já devidamente exposto, a contratação será imediata, logo após a conclusão do processo destinado à contratação.

VI – INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA


A disponibilidade orçamentária será indicada após a pesquisa de preços, no planejamento da contratação.

Jucurutu/ RN, 20 de março de 2025.

Maria da Paz de Araújo
Presidente do PREVI JUCURUTU

Documento assinado eletronicamente por: - MARIA DA PAZ DE ARAÚJO, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaxato-api/documentos> e informar o código 76351-d45ea8d7-e669-40c8-9763-315e35dfcb77



| | |
|--|---|
|  PREVI JUCURUTU | <p>Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU Lei de Criação nº 861/2016 CNPJ: 25.344.040/0001-81 End: Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro Jucurutu/RN - CEP: 59330-000 E-mail: previjucurutu@gmail.com</p> |
|--|---|

ANEXO I - DEMANDA A SER CONTRATADA

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND MEDI DA | QTD | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|--------------------|---|-------------------|-----|-----------------|-----------------|
| 1 | Aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | Unidade | 06 | R\$ 1.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 6.000,00 |





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76351-d45ea8d7-e669-40c8-9763-315e35dfcb77

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ MARIA DA PAZ DE ARAÚJO (CPF: 762.***.***-53), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76351_d45ea8d7-e669-40c8-9763-315e35dfcb77_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
, s/n, Jucurutu/RN
CEP: 00000000 CNPJ: 25.344.040/0001-81

**Solicitação de
Despesa**

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Pág.: 1/1

Unidade Orçamentária: **14.014 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Nº Solicitação: **2** Data Emissão: **20/03/2025** Classificação: **Compra** Processo: **34/2025**

Objeto:

AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O "III SEMINÁRIO DA ANORPREV", PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS

Justificativa:

O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários.

Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 06 (seis) inscrições para o "III SEMINÁRIO DA ANORPREV", promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

Importante registrar, neste instante, que a ANORPREV é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível estadual/regional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

| Item | Descrição | Lote | Qtd. | Und | Vir. Unitário | Vir. Total |
|---------|---|------|------|--------|---------------|------------|
| 0139501 | Aquisição de 06 (seis) inscrições para o "III SEMINÁRIO DA ANORPREV", promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | | 6 | UNIDAI | 1.000,00 | 6.000,00 |

Valor Total: **6.000,00**

Usuário

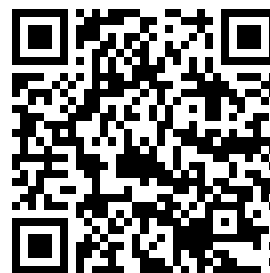
MARIA DA PAZ DE ARAUJO
762.047.154-53
PRESIDENTE IPREV

Documento assinado eletronicamente por: - JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaxato-api/documents> e informe o código 76352-bac74ba1-5cab-4502-9e22-013d39af27d0





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76352-bac74baf-5cab-4502-9e22-0f3d39af27d0

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS (CPF: 024.***.***-57), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76352_bac74baf-5cab-4502-9e22-0f3d39af27d0_assinado.pdf





III SEMINÁRIO DA ANORPREV
9 A 11 DE ABRIL DE 2025



PROGRAMAÇÃO SEMINÁRIO

"Esta programação poderá sofrer alterações de conteúdo sem prévio aviso, mantendo inalterados os horários das palestras".

III Seminário da ANORPREV
10 de Abril de 2025 (quinta-feira)

09:00

Abertura

09:30

Guia para gestores e novos prefeitos

Ministério da Previdência Social

10:30

Coffee Break

11:00

Governança no Empréstimo Consignado

Monetar

11:45

Pró-Gestão e a Certificação de Nível de Acesso

Crédito & Mercado

12:30

Almoço

14:00

Certificação Profissional-Novas Diretrizes

Ministério da Previdência Social

14:45

A importância da Assessoria Atuarial Permanente ao RPPS



III SEMINÁRIO DA ANORPREV
9 A 11 DE ABRIL DE 2025

Luiz Cláudio Kogut

15:30

Coffee Break

16:00

As Aposentadoria Especiais nos RPPS's

Leonardo Motta

III Seminário da ANORPREV

11 de Abril de 2025 (sexta-feira)

09:00

Regularidade dos RPPS's (CRP x CADPREV)

Ministério da Previdência Social

09:45

Oportunidades de Investimentos 2025

Grid Investimentos

10:30

Coffee Break

11:00

Desafios da Gestão do RPPS nos dias atuais

a definir

12:00

Encerramento e Sorteios



III SEMINÁRIO DA ANORPREV
9 A 11 DE ABRIL DE 2025



PROGRAMAÇÃO CURSO

"Esta programação poderá sofrer alterações de conteúdo sem prévio aviso, mantendo inalterados os horários das palestras".

APRESENTAÇÃO

O tempo trabalhado pelo servidor público em outro regime previdenciário – que pode ser ao próprio ente com vinculação ao RGPS ou ainda antes do ingresso no ente federativo – ao ser averbado deve observar importantes normativos e procedimentos, evitando impactos em uma futura compensação previdenciária. Esse tempo gera, em alguns casos, efeitos funcionais, além de sua contabilização para o benefício de aposentadoria e até mesmo para uma pensão por morte.

Esse curso tem como propósito apresentar aos servidores dos setores de recursos humanos, em muitos casos responsáveis pela averbação do tempo e aos servidores dos RPPS, os principais pontos normativos e procedimentos para uma adequada averbação do tempo de contribuição de outro regime, possibilitando otimizar esse procedimento que influencia diretamente a vida funcional e previdenciária do servidor.

INSTRUTOR

Leonardo Motta - advogado, palestrante e professor nos temas de RPPS, servidor licenciado do Ministério da Previdência Social, atua nos RPPS desde 2010. Atuou como Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Ministério da Previdência Social no período de 2015 a 2022, desenvolvendo atividades relacionadas as normas dos RPPS, inclusive com na consolidação das normas do RPPS que resultou na Portaria MPT nº 1.467/2022, participou do grupo de trabalho que fez a especificação e acompanhou o desenvolvimento do Novo COMPREV no período de 2018 a 2021, foi Coordenador do Comitê Técnico da Compensação Previdenciária do Conselho Nacional dos Regimes Próprio de Previdência Social - CNRPPS no período de março de 2021 a junho de 2022 e foi representante do MPS na Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes do CONAPREV no período de 2015 a 2022.

Averbação de tempo e emissão de CTC pelo RH e RPPS
09 de Abril de 2025 (quarta-feira)

09h00

Histórico normativo da vinculação previdenciária dos servidores públicos

10h30

Intervalo

10h50

Normas para emissão das CTCs – Portaria MPT nº 1.467/2022 – Parte I

12h30



Almoço

13h30

Normas para emissão das CTCs – Portaria MPT nº 1.467/2022 – Parte II

15h30

Intervalo

15h50

Normas para emissão das CTCs – Portaria MPT nº 1.467/2022 – Parte III

16h30

Estudo de caso: Efeitos da averbação do tempo de contribuição no ente federativo e no RPPS

17h30

Encerramento do curso

INSTRUÇÕES:

Ref. inscricao de GERALDO GUTEMBERG PEREIRA no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.158179 6 10480000120000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO, JUCURUTU -RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Nosso-Número

35175880000118158

Nr. Documento

35175880000118158

Data de Vencimento

11/04/2025

Valor do Documento

1.000,00

(=) Valor Pago

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

AVENIDA ABEL CABRAL 505 BLOCO 5 1105 N , PARNAMIRIM - RN CEP: 59151250

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.158179 6 10480000120000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

Data do Documento

24/03/2025

Nr. Documento

35175880000118158

Espécie DOC

Aceite

N

Data do Processamento

24/03/2025

Uso do Banco

35175880000118158

Carteira

17

Espécie

R\$

Quantidade

xValor

Nosso-Número

35175880000118158

(=) Valor do Documento

1.000,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Ref. inscricao de GERALDO GUTEMBERG PEREIRA no III Seminario da ANORPREV - 09 , 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO,

JUCURUTU-RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

Página 2 de 96

INSTRUÇÕES:

Ref. inscricao de MARIA DA PAZ DE ARAUJO no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.157171 1 10480000120000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO, JUCURUTU -RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Nosso-Número

35175880000118157

Nr. Documento

35175880000118157

Data de Vencimento

11/04/2025

Valor do Documento

1.000,00

(=) Valor Pago

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

AVENIDA ABEL CABRAL 505 BLOCO 5 1105 N , PARNAMIRIM - RN CEP: 59151250

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.157171 1 10480000120000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

Data do Documento

24/03/2025

Nr. Documento

35175880000118157

Espécie DOC

Aceite

N

Data do Processamento

24/03/2025

Uso do Banco

35175880000118157

Carteira

17

Espécie

R\$

Quantidade

xValor

Nosso-Número

35175880000118157

(=) Valor do Documento

1.000,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Ref. inscricao de MARIA DA PAZ DE ARAUJO no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

Data de Vencimento

11/04/2025

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO,

JUCURUTU-RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

Página 3 de 96

INSTRUÇÕES:

Ref. inscricao de FRANCILENE PEREIRA DE MELO no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.160175 1 10480000120000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO, JUCURUTU -RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Nosso-Número

35175880000118160

Nr. Documento

35175880000118160

Data de Vencimento

11/04/2025

Valor do Documento

1.000,00

(=) Valor Pago

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

AVENIDA ABEL CABRAL 505 BLOCO 5 1105 N , PARNAMIRIM - RN CEP: 59151250

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.160175 1 10480000120000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

Data do Documento

24/03/2025

Nr. Documento

35175880000118160

Espécie DOC

Aceite

N

Data do Processamento

24/03/2025

Uso do Banco

35175880000118160

Carteira

17

Espécie

R\$

Quantidade

xValor

Nosso-Número

35175880000118160

(=) Valor do Documento

1.000,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Ref. inscricao de FRANCILENE PEREIRA DE MELO no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO,

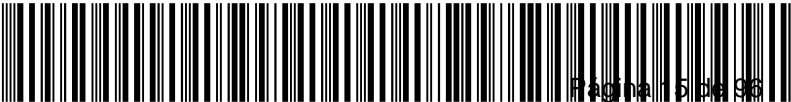
JUCURUTU-RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação



INSTRUÇÕES:

Ref. inscricao de RAUL REIDNER COSTA DE MEDEIROS no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.159177 2 10480000120000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO, JUCURUTU -RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Nosso-Número

35175880000118159

Nr. Documento

35175880000118159

Data de Vencimento

11/04/2025

Valor do Documento

1.000,00

(=) Valor Pago

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

AVENIDA ABEL CABRAL 505 BLOCO 5 1105 N , PARNAMIRIM - RN CEP: 59151250

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL

001-9

00190.00009 03517.588004 00118.159177 2 10480000120000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00

Data do Documento

24/03/2025

Nr. Documento

35175880000118159

Espécie DOC

Aceite

N

Data do Processamento

24/03/2025

Uso do Banco

35175880000118159

Carteira

17

Espécie

R\$

Quantidade

xValor

Data de Vencimento

11/04/2025

Agência/Código do Beneficiário

3795-8 / 12718-3

Nosso-Número

35175880000118159

(=) Valor do Documento

1.000,00

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(-) Valor Cobrado

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

Ref. inscricao de RAUL REIDNER COSTA DE MEDEIROS no III Seminario da ANORPREV - 09, 10 e 11 de Abril de 2025 - Natal/RN. (Curso e Seminario)

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURU CPF/CNPJ: 25344040000181

PRACA 7 DE SETEMBRO,

JUCURUTU-RN CEP:59.330.000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

Página 6 de 96



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.949.556/0001-00 MATRIZ</div> | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA 30/10/2017</div> |
| <div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL</div> | | |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ANORPREV</div> | <div>PORTE DEMAIS</div> | |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div> | | |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div> | | |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div> | | |
| <div>LOGRADOURO AV ABEL CABRAL</div> | <div>NÚMERO 505</div> | <div>COMPLEMENTO COND NAUTILUS BLOCO V APT 1105</div> |
| <div>CEP 59.151-250</div> | <div>BAIRRO/DISTRITO NOVA PARNAMIRIM</div> | <div>MUNICÍPIO PARNAMIRIM</div> |
| <div>UF RN</div> | | |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ANORPREV@GMAIL.COM</div> | <div>TELEFONE (84) 3478-2313/ (84) 8151-7437</div> | |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div> | | |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div> | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/10/2017</div> | |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div> | | |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div> | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div> | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/03/2025 às 07:50:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Tributação
Procuradoria Geral do Estado

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA Nº 9498511
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS E À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Contribuinte: **Assoc. Norte Riograndense de Reg. Prop. de Prev. Social**
CNPJ: **29.949.556/0001-00**

Certificamos que, até a presente data, não constam pendências em nome do sujeito passivo acima especificado, referente a tributos estaduais ou débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria de Estado de Tributação e da Procuradoria Geral do Estado, não abrangendo as taxas e contribuições devidas aos demais órgãos do Estado, exceto se inscritas na Dívida Ativa.

ASPECTOS DE VALIDADE

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada na Internet, no endereço <https://uvt.sefaz.rn.gov.br/#/services/autenticidade/certidao-conjunta>.

Certidão emitida com base na Resolução Interadministrativa Nº 001, de 09/02/2012 - PGE/SET.

Emitida em **12/03/2025** às **09:41:16** <Horário de Natal/RN>.

Endereço IP: **168.90.106.43**.

Validade até **10/04/2025**.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**Prefeitura Municipal de Parnamirim
Secretaria Municipal de Tributação**

**Certidão Negativa de Débitos
para com a Fazenda Municipal Nº 472.630**

Contribuinte:

ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE R P PREV SOCIAL

C.N.P.J.:

Inscrição no CMC:

29.949.556/0001-00

035.271-3

Certificamos que, até a presente data, não consta em nossos arquivos, crédito tributário vencido, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, ficando ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada.

Certidão expedida com base no artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 10 de 26 de julho de 1996 e no artigo 151 do Código Tributário Nacional, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 104 de 10 de janeiro de 2001 combinada com a Portaria nº 041 de 16 de abril de 2003.

Emitida em 12 de MARÇO de 2025, 09:45:26 horas

Certidão Válida por 60 dias

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet, no site
<http://www.parnamirim.rn.gov.br/> , pelo agente recebedor**

Código de Validação: TSTU89652

CERTIDÃO EMITIDA PELA INTERNET Nº 472.630



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA
SOCIAL**
CNPJ: 29.949.556/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:50:38 do dia 20/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/06/2025.

Código de controle da certidão: **2555.D43B.D3A6.DBAD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PROPRIOS DE
PREVIDENCIA SOCIAL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.949.556/0001-00

Certidão nº: 87608258/2024

Expedição: 20/12/2024, às 09:49:06

Validade: 18/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data
de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PROPRIOS DE
PREVIDENCIA SOCIAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº
29.949.556/0001-00, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de
Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação
das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e
13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos
Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na
Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do
Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por
disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.949.556/0001-00
Razão Social: ASSOC NORTE RIOGR DE REGIMES PROP DE PRE
Endereço: AV ABEL CABRAL 505 / NOVA PARNAMIRIM / PARNAMIRIM / RN / 59151-250

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/03/2025 a 06/04/2025

Certificação Número: 2025030804405762800330

Informação obtida em 18/03/2025 09:41:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Falência e/ou Recuperação Judicial e Extrajudicial

CERTIDÃO **6430256/2025**

FOLHA **1/1**

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome de:

Nome: ANOPREV
CPF/CNPJ: 29.949.556/0001-00
Endereço: Avenida Abel Cabral, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, 59151-250

Na hipótese de haver processos com Segredo de Justiça e Sigilo Externo, não serão informados nessa Certidão.

CERTIFICO, outrossim, que os dados pessoais, constantes nesta certidão, foram informados pelo solicitante, devendo sua titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.

Esta certidão abrange a 1ª Instância da Justiça Estadual do RN.

O TJRN CERTIFICA AINDA, que a pesquisa dos registros de distribuições de feitos cíveis, envolvendo as Ações de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, inclui também os procedimentos do Decreto Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

CERTIFICA finalmente, que esta certidão, pode ter sua autenticidade confirmada no endereço eletrônico www.tjrn.jus.br, no campo Consultas / Emissão e autenticação de certidão, informando-se o seu número, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias de validade.

Esta certidão está sendo emitida com base na busca processual realizada na base de dados unificada do GPS-JUS, em 20/03/2025 08:42. Esta é uma base consolidada do TJRN que contempla os seguintes sistemas: PJE (1º e 2º Grau), SAJ (1º e 2º Grau) e SEEU.

Esta certidão terá validade de 30 dias corridos, contados a partir da data de expedição do documento.

Código autenticador: f685de63f953da02b8f374e823385236

A autenticidade dessas informações pode ser verificada por meio do endereço eletrônico: <https://certidoes.tjrn.jus.br/f/public/index.xhtml>

Estado do Rio Grande do Norte, 20 de Março de 2025 às 08:42



Associação Norte Rio-grandense de Regimes Próprios de Previdência Social

REGISTRADO

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES
PRÓPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL - ANORPREV**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, COMPETÊNCIA, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL é uma associação civil sem fins lucrativos, que se rege pelo disposto neste estatuto, no seu regulamento interno e nas disposições legais aplicáveis e, para efeito deste Estatuto será identificada pela sigla **ANORPREV**.

Art. 2º A **ANORPREV** tem por finalidades essenciais promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos Regimes Próprios de Previdência Social, com o objetivo, ainda, a ampliar e promover a integração entre os seus associados, bem como, fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos órgãos de previdência própria municipal e estadual, visando o previsto no **Art. 3º**.

Parágrafo único. Poderão ainda ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades previstas neste estatuto, podendo, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos materiais e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 3º Compete à **ANORPREV**.

I – acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes voltadas aos Regimes Próprios de Previdência Social, contribuindo com o aprimoramento dessas políticas e diretrizes;

II – realizar a articulação com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que estudem, debatam ou deliberem sobre temas pertinentes às suas finalidades, podendo, para tanto, celebrar acordos, convênios, contratos e outros ajustes;

III – executar e coordenar programas voltados à sua área de atuação e finalidade;

IV – promover congressos, simpósios, seminários e cursos, bem como desenvolver programas voltados à disseminação da cultura previdenciária e outros eventos para estudos e debates no âmbito de sua atuação;

V – colaborar com o aperfeiçoamento técnico dos Regimes Próprios de Previdência Social no âmbito do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte;

VI – consolidar e disseminar teses, estudos e informações em geral sobre os Regimes Próprios de Previdência Social;

VII – promover a articulação entre os Regimes Próprios de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social;

VIII – decidir sobre a dissolução da entidade e a destinação de seus bens; e

IX – decidir sobre questões omissas neste Estatuto.

Art. 4º A **ANORPREV** tem Sede Administrativa móvel e estará estabelecida na cidade de domicílio de seu Presidente.

Parágrafo único. Não obstante o estipulado no *caput* deste artigo, a **ANORPREV** poderá ainda exercer suas atividades em qualquer outro local desde que após aprovação da diretoria mediante ata reduzida a termo visando uma melhoria dos serviços por ela prestados a seus associados.

Art. 5º O prazo de duração da **ANORPREV** é indeterminado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS



Art. 6º Poderão associar-se à **ANORPREV** os órgãos (Fundos, Autarquias e Entidades) de previdência dos servidores públicos municipais e estaduais do Estado do Rio Grande do Norte;

§ 1º Para o fim previsto neste artigo são consideradas Entidades de Previdência, Assistência e Seguridade Social, aquelas que integrem a administração pública municipal e estadual, direta ou indiretamente.

§ 2º Serão considerados representantes legais das Entidades associadas à **ANORPREV** os membros de sua Diretoria Executiva e os servidores da Entidade por eles indicados.

Art. 7º Os associados da **ANORPREV** tem a denominação de contribuintes.

§ 1º São associados contribuintes as instituições de previdência social, de previdência complementar e demais órgãos gestores de RPPS.

§ 2º As instituições que requererem a sua filiação, na condição de contribuintes, deverão:

- a) apresentar cópia da lei, sancionada e publicada, que criou a entidade para execução da política previdenciária do ente federativo, bem como do ato de nomeação de sua Diretoria Executiva e dos servidores da entidade indicados como representantes legais;
- b) prestar compromisso de adesão e observância ao estatuto social e ao regimento interno, se houver.

Art. 8º O pedido de filiação será formulado oficialmente pelo representante legal da entidade pleiteante e será dirigido ao Presidente da Diretoria da **ANORPREV**.

Parágrafo Único. Os pressupostos de admissibilidade de filiação serão estabelecidos em atos normativos a serem aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

Art. 9º São direitos das Entidades Filiadas a **ANORPREV**:

- I – participar das atividades da associação;

II – participar das Assembleias Gerais, podendo votar e ser votado, forma prevista neste estatuto;

III – votar e ser votado para os cargos da **ANORPREV** por intermédio dos representantes das entidades filiadas que estejam com as suas obrigações estatutárias junto à associação em dia;

IV – convocar assembléia geral desde que por iniciativa de, no mínimo, um quinto do total de associados quites com as suas contribuições associativas, devendo a solicitação ser encaminhada ao Presidente da **ANORPREV**, nos termos do art. 60 da Lei 10.406/02 do Código Civil Brasileiro;

V – formular ao Presidente da **ANORPREV** ou ao Presidente do Conselho Fiscal, reclamações de qualquer natureza;

VI – interpor recurso perante a Assembleia Geral em face de atos do Presidente da **ANORPREV** ou do Conselho Fiscal, contrários às proposições estatutárias;

VII – utilizar as informações, dados, trabalhos e estudos oferecidos pela **ANORPREV**.

Art. 10 São deveres das Entidades Filiadas a **ANORPREV**:

I – respeitar e cumprir as decisões das assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade;

II – cumprir e fazer cumprir o estatuto e demais disposições internas;

III – zelar pelo nome da associação;

IV – participar das Assembleias Gerais;

V – manter em dia o pagamento das contribuições associativas;













VI - custear despesas de viagem dos seus representantes para participar de Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Fiscal.

Art. 11 Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela associação.

Art. 12 Os associados perderão seus direitos:

I – se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;

II – se infringirem qualquer disposição estatutária ou qualquer decisão dos órgãos dirigentes;

III – se praticarem atos nocivos ao interesse da associação;

IV – se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da associação ou de seus membros;

V – se praticarem atos ou valerem-se do nome da associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Art. 13 A perda da condição de associado da **ANORPREV**, garantida a ampla defesa e contraditório, se dará mediante análise da diretoria executiva nas seguintes hipóteses:

I – mediante solicitação formal de desfiliação dirigida ao Presidente da **ANORPREV** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II – por decisão do Presidente da **ANORPREV**, tomada com o referendo do Conselho Fiscal, em razão de violação estatutária, regulamentar ou legal;

III – por atrasos cumulativos de 03 (três) pagamentos da contribuição associativa.

§ 1º Em qualquer das hipóteses previstas nos incisos deste artigo, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Diretoria, caso

seja reconhecida justa causa para tanto, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, observados todos os meios de prova admitidos em lei.

§ 2º Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, pelos motivos acima, poderá ser interposto recurso à Assembléia Geral, conforme estabelecido pelo parágrafo único do artigo 59 do Código Civil Brasileiro; o que não exclui a apreciação pelo Conselho Fiscal, antes da interposição do mesmo, com o fito de melhor analisar a situação.

Art. 14 Qualquer associado poderá, a qualquer tempo, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, bastando para isso, manifestação expressa por carta datada e assinada endereçada à entidade.

CAPÍTULO III

Seção I

DOS ÓRGÃOS DA ENTIDADE

Art. 15 São órgãos deliberativos da Entidade:

I – Assembléia Geral;

II – Conselho Fiscal;

III – Conselho Superior Consultivo;

IV – Diretoria Executiva.

Seção II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16 A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação da **ANORPREV** e dela só poderá participar o representante legal da entidade associada devidamente credenciada.

Art. 17 Compete à Assembléia Geral:

- I – deliberar sobre os assuntos relacionados com as finalidades da Associação;
- II – deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal, bem como da Diretoria da **ANORPREV**, podendo destituir os mesmos;
- III – Aprovar, reformular ou alterar o presente estatuto, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos votos de suas entidades filiadas;
- IV – aplicar as sanções previstas no regulamento interno da **ANORPREV** a membro da Diretoria, do Conselho Fiscal;
- V – deliberar sobre a dissolução da **ANORPREV** e, em decorrência, a respeito da destinação dos seus bens;
- VI – definir o que é “justa causa” de acordo com o que determina o art. 57 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02).

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos II, III e IV, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, tudo conforme parágrafo único do Artigo 59 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02).

Art. 18 O quorum exigido para a realização da Assembléia Geral, em primeira convocação, é de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados.

Parágrafo único. Caso a Assembléia Geral não se realize em primeira convocação, considera-se automaticamente convocada e, em segunda convocação, realizar-se-á 01 (uma) hora depois, no mesmo local, com qualquer número de filiados.

Art. 19 As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos associados presentes com exceção do contido no § único do art. 17°.

Art. 20 A Assembléia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária, reunindo-se:

I – ordinariamente:

a) até o dia 30 de Abril de cada ano, para apreciação das contas da Diretoria relativas ao exercício findo;

b) bienalmente, para a eleição dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria;

II – extraordinariamente, sempre que for necessário, nos termos deste estatuto.

Art. 21 A Assembléia Geral será convocada por edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte ou por meio eletrônico ou por carta registrada aos filiados, especificando local, data, horário, bem como a ordem do dia.

§ 1º A publicação ou a comunicação da convocação deverá ser feita com a antecedência mínima de 07 (sete) dias da data designada para a realização da Assembleia Geral Ordinária.

§ 2º A convocação para Assembléia Geral Extraordinária será feita mediante recibo, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 22 As eleições para o Conselho Fiscal e Diretoria da **ANORPREV** ocorrerão sempre no período compreendido entre o 60º e o 20º dia anterior ao término da gestão que se encerra, e serão convocadas pelo Presidente em exercício.

Art. 23 Será permitida a reeleição de membros do Conselho Fiscal e da Diretoria.

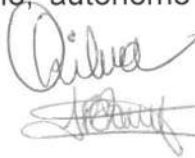
Seção III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 O Conselho Fiscal é um órgão de monitoramento, acompanhamento e fiscalização das contas do patrimônio da **ANORPREV**; soberano, autônomo e independente na sua

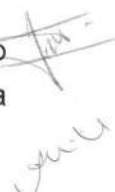














gestão em relação aos demais órgãos, será composto por 03 (três) membros efetivos e 01 membro (um) suplente eleitos em Assembleia Geral.

§ 1º O Presidente e o Secretário do Conselho Fiscal serão eleitos dentre os seus membros.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal, não poderão estar inseridos nos termos do § 1º do art. 1.011 do Código Civil Brasileiro (Lei 0.406/02), nem pertencer a outros órgãos da **ANORPREV**.

Art. 25 Compete ao Conselho Fiscal:

I – Monitorar e acompanhar permanentemente a execução orçamentária, a escrituração contábil e a administração patrimonial;

II – Emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria da **ANORPREV**;

III – manifestar-se formalmente sobre assuntos de sua área de competência que forem encaminhados pela Assembleia Geral ou pela Diretoria da **ANORPREV**;

IV – aprovar o regulamento interno e outros instrumentos normativos necessários ao funcionamento da **ANORPREV**, bem como o Regulamento Eleitoral;

V – aprovar a estrutura organizacional e o quadro de pessoal da **ANORPREV**;

Art. 26 O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I – ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada exercício financeiro, para apreciar as contas da Diretoria referentes ao encerramento de exercício;

II – extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 27 As convocações para as reuniões do Conselho Fiscal serão feitas por meio de comunicação hábil, com antecedência mínima de 07 (sete) dias:

I - pelo seu Presidente;



II - pelos demais membros, em conjunto.

Art. 28 As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 29 O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos.

Seção IV

DO CONSELHO SUPERIOR CONSULTIVO

Art. 30 O Conselho Superior Consultivo é o órgão da Entidade destinado a realizar estudos de singular relevância para as entidades previdenciárias, opinar sobre questões de natureza política, econômica e social de elevada expressão, aportar conhecimentos especializados em matéria previdenciária, reunindo-se, ordinariamente, duas vezes por ano, e, quando necessário, por convocação do seu presidente ou da maioria dos seus conselheiros.

Art. 31 O Conselho Superior Consultivo, cujo mandato coincide com o da Diretoria, é constituído pelo Diretor Presidente da **ANORPREV**, por seu Vice-Presidente e por seus ex-presidentes e vice-presidentes.

Art. 32 A primeira reunião do Conselho Superior Consultivo se realizará até o trigésimo dia subsequente à posse da Diretoria e nela serão empossados seus membros e se procederá a eleição do Presidente do órgão.

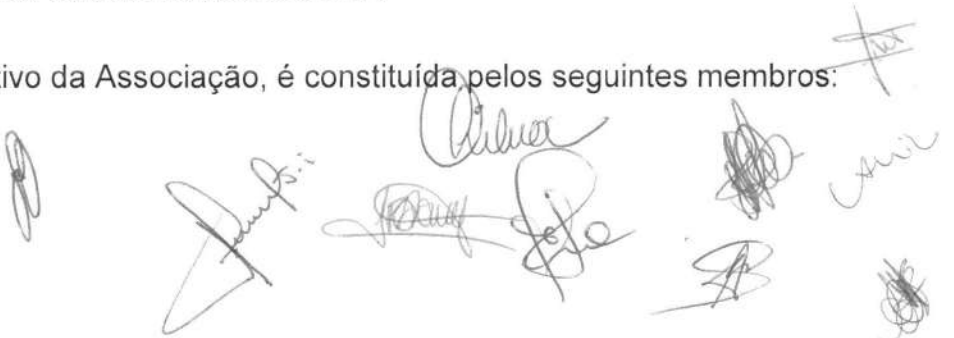
Art. 33 As deliberações serão tomadas por maioria dos membros presentes, tendo o Presidente, também, o direito de voto de qualidade em caso de empate.

Seção V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 34 A Diretoria, órgão executivo da Associação, é constituída pelos seguintes membros:

I – Presidente;





Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social

REGISTRADO

- II – Vice-Presidente;
- III – 1º Secretário;
- IV – 2º Secretário;
- V – Tesoureiro.

Art. 35 O Presidente, o Vice-Presidente, o 1º Secretário, o 2º Secretário e o Tesoureiro serão eleitos em Assembléia Geral, através do sistema de chapa, não podendo os mesmos estar inseridos nos termos do § 1º do art. 1.011 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02).

Art. 36 Compete ao Presidente da **ANORPREV**:

I - cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal;

II – superintender as atividades administrativas da **ANORPREV** e orientar, de modo geral, os estudos econômicos e financeiros pertinentes aos seus objetivos sociais, bem como deliberar sobre o estabelecimento bancário que gerenciará as receitas da Associação;

III – elaborar a previsão orçamentária e o plano de trabalho para cada exercício, visando o encaminhamento para deliberação pelo Conselho Fiscal;

IV – deliberar sobre a proposição de medidas judiciais e a adoção de procedimentos extrajudiciais;

V – decidir sobre a admissão e demissão de funcionários, necessários ao bom funcionamento dos serviços da **ANORPREV**;

VI – submeter à apreciação do Conselho Fiscal as contas da Diretoria, para posterior encaminhamento à Assembléia Geral;

VII – representar a **ANORPREV** ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tanto, constituir mandatários com poderes especiais;

VIII – assinar, juntamente com o Tesoureiro, contas em estabelecimentos de crédito, assim como balancetes trimestrais, balanço anual e demonstração financeira do encerramento de exercício;

IX – executar outras atividades que sejam de interesse da **ANORPREV** e das entidades filiadas.

Art. 37 Havendo vacância dos cargos de Presidente, o mesmo será ocupado pelo Vice-Presidente, ao qual caberá convocar a Assembleia Geral para eleição do novo Presidente e Diretoria Executiva, o fazendo em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 38 Caso membro eleito para o Conselho Fiscal ou para a Diretoria da **ANORPREV** deixar de deter a condição de representante de órgão de previdência municipal ou estadual, ficará assegurado o cumprimento do seu mandato pelo período para o qual foi eleito.

Art. 39 Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos e, em caso de vacância do cargo deste último, assumir a Presidência.

Art. 40 Compete aos Secretários:

I – dirigir os trabalhos da Secretaria;

II – providenciar o expediente das reuniões de Diretoria;

III – preparar ou fazer preparar a correspondência e demais documentos oficiais;

IV – lavrar ou fazer lavrar as atas das reuniões de Diretoria;

V – providenciar, quando necessário, a publicação dos atos emanados dos órgãos da **ANORPREV**.

Parágrafo único. O 2º Secretário deve auxiliar o 1º Secretário no desenvolvimento das competências acima apresentadas com o objetivo de ser um suporte às suas obrigações, e substituí-lo sempre que necessário nas reuniões e no trabalho administrativo.

REGISTRADO

Art. 41 Compete ao Tesoureiro:

- I – organizar, dirigir e coordenar os trabalhos de tesouraria;
- II – manter sob sua guarda o numerário da **ANORPREV**;
- III – providenciar o pagamento das despesas autorizadas;
- IV – assinar, juntamente com o Presidente, contas em instituições financeiras nas quais serão alocados os recursos financeiros da associação;
- V – subscrever, com o Presidente, balancetes trimestrais, balanço anual e demonstração financeira de encerramento de exercício;
- VI – controlar a escrituração.

CAPÍTULO III

DAS ELEIÇÕES

Art. 42 As eleições para renovação dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, serão realizadas de 02 (dois) em 02 (dois) anos, em Assembléia Geral Ordinária, pelo voto direto e secreto, considerando-se eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos nos casos dos conselhos, ou a chapa, no caso da Diretoria.

§ 1º São considerados suplentes os candidatos mais votados sequencialmente aos eleitos para o respectivo Conselho.

§ 2º As normas que regerão subsidiariamente o presente capítulo constarão de regulamento próprio, a ser ratificado pelo Conselho Fiscal.



§ 3º Poderão ser eleitas além dos representantes das entidades de previdência municipal ou estadual as pessoas por eles indicadas com vínculo funcional com o órgão previdenciário próprio.

Art. 43 A chapa ou candidato a cargo eletivo deverá fazer sua inscrição, na forma do Regulamento Eleitoral, até 24 horas antes da data estabelecida para as eleições.

Art. 44 Quando o número de candidatos eleitos for inferior ao das vagas a preencher, será convocada Assembléia Geral Extraordinária para eleições suplementares, a realizarem-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data em que se realizou a Assembleia Ordinária do pleito.

Parágrafo único. Serão abertas automaticamente as inscrições para o pleito suplementar, podendo os candidatos se inscrever, até 24 horas antes de sua realização.

Art. 45 Encerrada a votação, o Presidente da Assembléia Geral e os escrutinadores procederão à imediata contagem e apuração dos votos no mesmo local da votação, proclamando, em seguida, os resultados, que serão anotados e divulgados pelo Secretário da mesa apuradora.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 46 O exercício financeiro da **ANORPREV** coincide com o ano civil.

Art. 47 São fontes de recursos e receitas da **ANORPREV**.

I – contribuições recebidas dos seus associados;

II – doações, legados, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;

III – rendimento das aplicações do patrimônio;

IV – receitas advindas de seminários, congressos, simpósios ou outros eventos;



Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social

REGISTRADO

V – outras receitas eventuais.

Art. 48 A Diretoria da **ANORPREV** deverá elaborar balancetes trimestrais, balanço anual, assim como demonstração patrimonial e financeira de encerramento de exercício.

Parágrafo único. Os documentos indicados no caput deverão ser disponibilizados aos filiados, para conhecimento.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 49 O patrimônio da **ANORPREV** será constituído pelos bens a ela incorporados.

Parágrafo único. Havendo superávit na apuração dos resultados, será o mesmo incorporado ao patrimônio da **ANORPREV**, não havendo, sob qualquer hipótese ou pretexto, distribuição de lucros entre os membros da Diretoria, dos Conselhos ou quaisquer associados.

Art. 50 É expressamente vedada a utilização do patrimônio da **ANORPREV** para fins não previstos no Estatuto, bem como é proibida a prestação de qualquer tipo de garantia ou aval com base no patrimônio associativo.

Art. 51 Nenhum bem pertencente à **ANORPREV** poderá ser alienado sem a prévia e expressa autorização da Assembléia Geral.

Art. 52 Os bens particulares dos membros da Diretoria, dos Conselhos e dos associados não respondem pelas obrigações da **ANORPREV**.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53 A dissolução da **ANORPREV** somente poderá ser efetivada em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, por 2/3 (dois terços) dos associados.

Art. 54 No caso de deliberação pela extinção da Associação, em Assembléia Geral Extraordinária, o seu patrimônio, saldado todos os seus compromissos, será doado à entidade sem fins lucrativos e de objetivos congêneres.

Art. 55 Este Estatuto somente será alterado mediante aprovação em Assembléia Geral, em reunião cujo edital inclua especificamente tal finalidade.

Parágrafo único. As propostas de alteração do estatuto serão de iniciativa de qualquer associado, devendo ser encaminhadas ao Presidente da **ANORPREV**, o qual ouvirá o Conselho Fiscal encaminhando-as à Assembleia Geral para final decisão.

Art. 56 Os cargos de membros dos Conselhos Fiscal, Consultivo e da Diretoria são de exercício gratuito.

Art. 57 As entidades filiadas à **ANORPREV** não respondem ativa, passiva ou subsidiariamente pelos atos ou pelas obrigações da **ANORPREV**.

Art. 58 Os membros do Conselho Fiscal, bem como da Diretoria da **ANORPREV** não são responsáveis pelas obrigações contraídas em virtude de ato regular de gestão, mas responderão civil e criminalmente pelos prejuízos que causarem quando procederem:

I – com culpa ou dolo, embora dentro de suas atribuições ou poderes;

II – com violação da lei, deste estatuto ou do regulamento interno.

Art. 59 Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

São Gonçalo do Amarante/RN, 02/06/2017















Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social

Audley Simeon Brito M. V.

Presidente

Íres de Fátima Gomes Dantas Araújo

Vice Presidente

Flora Coutinho de Almeida

1ª Secretária

Jana Paula Mendes de S. F. Uipe

2ª Secretária

Antonio Thiago W. de Silva

Tesoureiro

Paulo Roberto de F. F. F. F. F.

Membro do Conselho Fiscal

Franciane Paula da Silva Cinóo

Membro do Conselho Fiscal

Marcelo da Silva

Membro do Conselho Fiscal

João Paulo de A. A.

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Ricardo Benedito de Medeiros Neto
Advogado
OAB/RN 5876

Presidente

REGISTRADO

Registrado no Livro A-01
de Pessoas Jurídicas, sob o nº
de ordem 307 fls. 3078 Em,
30 / 10 / 17

Ketully Edmeia Chaves
CPF: 897.948.854-87
2ª SUBSTITUTA
1º OFÍCIO DE NOTAS - Macaíba/RN

**Lista de Presença da Assembleia Geral de Constituição da ANORPREV
eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal,
realizada no dia 02 de Junho de 2017.**

| | NOME | ENTE | RPPS |
|----|--------------------------------------|----------------------|-------------------|
| 01 | Andrey Simeon B. P. Silva | Macaioba | MacaiobaPREV |
| 02 | Ana Paula Mendes | Riachuelo | IPR |
| 03 | Antonio Thiago M. de Silva | Riachuelo | IPR |
| 04 | Renato Mário de F. Barbosa | Riachuelo | IPR |
| 05 | Franciane Paula da S. Gínges | Serra Caiada | IPRESC |
| 06 | Geane Bieche Leudo de | São Pedro do Sul | IPREUSIS |
| 07 | Romildo Texeira de Araújo | São Vicente | IPSV |
| 08 | Alysson Simonson Norato | São Vicente | IPSV |
| 09 | Frederico Fatima Gomes Dantas Araújo | São Vicente | IPSV |
| 10 | Flávia Claudine da S. Florença | Campo Redondo | CAMPOPREV |
| 11 | Elia de Bazeos | São Gonçalo Amarante | IPREV |
| 12 | Francisco Nogueira Nf. | ALEXANDRIA | IPAMA |
| 13 | André Luiz de Souza | FR. LUIZ DE SOUZA | SOUZAPREV |
| 14 | Ana Lúcia da Silva | Laje do Penedo | IDLAP |
| 15 | Marcelo S. de Camargo | SÃO DOMINGOS | IPSAT |
| 16 | Paulo Roberto da Silva | CEARA MIRIM | CEARA MIRIM PREVI |
| 17 | | | |
| 18 | | | |
| 19 | | | |
| 20 | | | |
| 21 | | | |
| 22 | | | |
| 23 | | | |
| 24 | | | |
| 25 | | | |
| 26 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 29 | | | |
| 30 | | | |
| 31 | | | |
| 32 | | | |
| 33 | | | |



REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ANORPREV

CAPÍTULO I

OBJETO

Art. 1º - Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal de forma a complementar ao Estatuto Social em seu Artigo 42, e em consonância à legislação vigente aplicável.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal ANORPREV serão eleitos por voto direto e secreto em Assembleia Geral especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a hipótese de vacância.

§ 1º - O pleito eleitoral será dirigido por uma Comissão Eleitoral.

§ 2º - Somente poderá votar os **Titulares dos RPPS's** associados ou seu representante indicado no ato da filiação na ANORPREV com suas obrigações sociais em dia até a data da convocação das eleições.

§ 3º - É vedado o voto por procuração.

CAPÍTULO II

DA CONVOCAÇÃO

Art. 3º - A convocação para as eleições de que trata este regulamento será conforme previsto no estatuto da ANORPREV.

§1º - Do Edital deverá constar: data, horário, local das eleições, prazo para inscrições de chapas concorrentes, forma de votação, a data limite para o recebimento dos votos, cargos a vagar, duração dos mandatos e os requisitos expressos no Art. 5º e parágrafos desse Regulamento.

Art. 4º - Poderão ser utilizados, além dos meios previstos no artigo 3º, publicação no Diário Oficial e outros instrumentos que garantam a mais ampla divulgação do processo eleitoral.

CAPÍTULO III

DAS INSCRIÇÕES DAS CHAPAS



PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA e do CONSELHO FISCAL

Art. 5º - As inscrições das chapas da Diretoria e do Conselho Fiscal far-se-ão independentemente no local determinado para às eleições, mediante requerimento encaminhado ao Presidente da Comissão Eleitoral, formulado pelos componentes de cada chapa com a expressa referência aos cargos a que concorrem, até 24 horas da data prevista para realização do pleito, conforme disciplina o Art. 42 do estatuto.

§ 1º - Cada candidato deve assinar documento de concordância à inclusão do seu nome na chapa, com referência ao cargo que pleiteia.

§ 2º - Nenhum candidato poderá concorrer por mais de uma chapa.

§ 3º - Nenhum candidato poderá inscrever-se para concorrer simultaneamente a cargo na Diretoria e no Conselho Fiscal.

Art. 6º - Serão aceitas inscrições de chapas concorrentes conforme os prazos estabelecidos no Estatuto da ANORPREV.

§ 1º - As chapas serão numeradas de acordo com a ordem cronológica de registro.

§ 2º - A Comissão Eleitoral comunicará aos requerentes, dentro dos prazos previstos no Estatuto da ANORPREV após a apresentação do requerimento, sobre o registro das chapas:

a) O deferimento com o respectivo número adotado para a chapa.

b) O indeferimento com os motivos da decisão, fixando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que sejam sanadas as irregularidades que o justificaram.

Art. 7º - A partir do registro, cada chapa designará um representante para acompanhar os trabalhos da Comissão Eleitoral.

Art. 8º - Até os prazos previstos no Estatuto da ANORPREV, da homologação do registro das chapas será assegurado 01 (um) jogo de etiquetas dos membros associados em condições de votar, para divulgação do material eleitoral das chapas concorrentes.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 9º - As eleições serão coordenadas por uma Comissão Eleitoral designada por portaria da Diretoria, com data limite para recebimento dos votos conforme Estatuto da ANORPREV.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será constituída por 03 (três) membros ativos em dia com suas obrigações sociais, sendo um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

§ 2º - Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá figurar como candidato em quaisquer das chapas concorrentes.



§ 3º A Comissão poderá ser composta por servidores filiados aos RPPS's.

Parágrafo único:

Os respectivos servidores não poderão ter vinculação com às chapas concorrentes.

Art. 10º - Compete à Comissão Eleitoral:

- I - Superintender as atividades direta e indiretamente relacionadas às eleições.
- II - Acatar o registro de chapas, depois de cumpridas as formalidades previstas neste Regulamento.
- III - Adaptar o local destinado à votação, de maneira a assegurar o sigilo do voto.
- IV - Rubricar, por um de seus membros, as cédulas eleitorais antes do início da expedição para os associados eleitores.
- V - Realizar os atos de recepção e apuração dos votos.

Art.11 - É dever da Comissão Eleitoral pautar-se nos princípios éticos, respeitando o Estatuto da ANORPREV.

CAPÍTULO V

DOS ATOS PREPARATÓRIOS

Art.12 - A secretaria da ANORPREV disponibilizará todos os meios para o perfeito funcionamento do pleito eleitoral.

Art.13 - É dever da secretaria da ANORPREV:

- I - Preparar as folhas de votantes.
- II - Relacionar os membros associados na categoria ativo, em débito com a tesouraria, impedidos de votar. (Não filiados)
- III - Suprir a Mesa Receptora de votos com material de escritório necessário ao seu trabalho.
- IV - Suprir a Mesa Escrutinadora de papel, meios próprios para lavratura de atas, caneta, lacre, goma, meios eletrônicos para apuração de votos e tudo o mais necessário ao processo eleitoral.
- V - Providenciar a lavratura das Atas atinentes ao pleito eleitoral.
- VI - Providenciar a confecção das cédulas eleitorais conforme modelo.
- VII - Providenciar sobrecarta opaca para voto em separado.
- VIII - Providenciar urnas coletoras de votos.



Parágrafo único - Todo o material deverá ser entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral até as 24(vinte e quatro) horas que antecederem a expedição das cédulas eleitorais.

Art. 14 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas em papel branco e opaco, sendo a impressão na cor preta, com tipos uniformes de letra.

Parágrafo único - As cédulas quando dobradas deverão resguardar o sigilo do voto.

CAPÍTULO VI

DAS ELEGIBILIDADES

Art. 15 - São elegíveis para os cargos da Diretoria Executiva, os membros associados ANORPREV que;

I – Estejam atuando no seu respectivo RPPS.

II - Estejam quites com as anuidades da ANORPREV, até a data da convocação das Eleições.

Parágrafo único - Os membros associados candidatos ao cargo de Presidente da ANORPREV deveram comprovar que ocupam atualmente a função de Presidente do seu respectivo RPPS. .

CAPÍTULO VII

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 16 – São impedimentos para a candidatura a cargo na Diretoria Executiva:

I – Não ser associado

II - Ter débito financeiro com a tesouraria da ANORPREV.

III - Não está mais atuando no RPPS.

IV – Ter sido condenado por atos de Improbidade Administrativa.

IIIV- Não apresentar certificação exigida inerentes à função de Diretor(a) Presidente como nível superior e curso CGRPPS, CPA-10 ou CPA-20

CAPÍTULO VIII

DA VOTAÇÃO

Art. 17 – Imediatamente após o encerramento do prazo para registro de chapas de candidatos, o presidente da Comissão Eleitoral enviará aos membros associados ativos



em pleno gozo de seus direitos, as informações necessárias ao exercício do voto físico, esclarecendo-lhes como devem proceder.

Art. 18 – A data limite para o recebimento dos votos por meio físico será definida no Edital de convocação das eleições.

Art. 19 - A eleição do novo(a) Presidente da ANORPREV deverá ocorrer ante do vencimento do mandato da gestão em exercício.

CAPÍTULO IX DA APURAÇÃO DO PLEITO

Art. 20- A apuração do pleito eleitoral será realizada durante a Assembleia Geral.

Art. 21 - A Comissão Eleitoral se encarregará da apuração dos votos, salvo o previsto no artigo 9º, inciso V, deste Regulamento.

Art. 22 - Cada chapa concorrente poderá designar um fiscal para acompanhar os trabalhos de escrutínio eleitoral.

Art. 23 - A Comissão Eleitoral tomará uma por uma as cédulas simples, abrindo-as e delas retirando o envelope menor rubricado, que deverá estar devidamente fechado e conter a cédula eleitoral.

Art. 24 - Preenchidas as formalidades do Art. 21, o presidente da Comissão Eleitoral lançará a cédula simples, que serão previamente inspecionadas, na presença dos fiscais das chapas concorrentes, para confirmação de que estejam vazias.

Art. 25 - A apuração de votos de cada urna terá início pela contagem das cédulas, visando verificar se seu número coincide com o de votantes.

§ 1º - Correspondendo o número de cédulas ao de votantes, proceder-se-á à contagem dos votos.

§ 2º - A não coincidência entre o número de votantes e o de cédulas encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

§ 3º - Serão considerados nulos os votos cujas cédulas contiverem rasuras ou anotações e que não estejam rubricadas pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 26 - Seguir-se-á a contagem dos votos atribuídos a cada uma das chapas registradas, dos brancos e dos nulos, considerando-se eleita a que obtiver maioria simples de votos.

Art. 27 - O presidente da Comissão Eleitoral proclamará o resultado do pleito, fazendo lavrar a ata em duas vias, que assinará juntamente com os demais membros da Comissão e os fiscais das chapas.

Art. 28 - Os trabalhos de recepção e apuração dos votos serão lavrados em atas próprias, devendo ser assinadas pelos responsáveis e pelos fiscais das chapas concorrentes.

Parágrafo único - Respeitando as especificidades de cada uma, as atas deverão conter:

- a) Data, horário, local da votação e apuração dos votos.
- b) Número de votantes.
- c) Total de cédulas apuradas, anuladas e em branco.
- d) O número de votos atribuídos a cada chapa concorrente com os nomes dos respectivos candidatos.
- e) Protestos e anormalidades eventualmente surgidos.
- f) A relação nominal dos candidatos eleitos.

Art. 29 - Encerrada a apuração dos votos o Presidente da Comissão Eleitoral proclamará o resultado do pleito, comunicando imediatamente à Diretoria da Sociedade.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - Os protestos referentes ao pleito, em qualquer das suas fases, deverão ser apresentados sucintamente e por escrito, por qualquer integrante de chapa concorrente ou seus fiscais ou por qualquer membro associado da ANORPREV, no uso de seu direito, até o encerramento do pleito.

Art. 31 - Após a posse dos membros eleitos os votos serão triturados ou incinerados na presença da Diretoria e do Presidente do Comissão Eleitoral da ANORPREV, sendo isto devidamente consignado em ata.

Art. 32 - A secretaria manterá em arquivo:

- I - Edital de convocação da eleição (publicação e circular postal).
- II - Designação da Comissão Eleitoral.
- III - Requerimento de inscrição das chapas, contendo a relação nominal dos candidatos e a declaração de concordância à inclusão do seu nome na chapa.
- IV - Protestos apresentados.
- V - Mapa da mesa receptora de votos.
- VI - Mapa geral da apuração.
- VII - Modelo da cédula eleitoral.
- VIII - Atas relativas ao pleito.

Art. 33 – O Presidente da Comissão Eleitoral entregará, imediatamente ao final do pleito, as urnas, atas, lista de votantes, protestos apresentados e tudo o mais utilizado no processo eleitoral à secretaria da ANORPREV.

Art. 34 - Os casos omissos serão resolvidos pela exclusivamente pela Comissão Eleitoral, observadas as normas gerais do Direito e o Estatuto da ANORPREV.

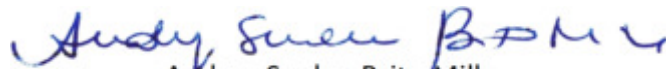
Art. 35 - O presente Regulamento poderá ser reformado, no seu todo ou em parte, pela Assembleia de Representantes, mediante:

I - Proposta da Diretoria.

II - Proposta de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos Representantes da Assembleia de Representantes.

Parágrafo único - As propostas deverão ser estudadas pela DIRETORIA EXECUTIVA, que emitirá parecer para os ASSOCIADOS, no que se refere à compatibilidade com o Estatuto e outros dispositivos legais.

Art. 36 - Este Regulamento foi aprovado pelo Diretoria Executiva da Anorprev em reunião convocada para esse fim em 02 de maio de 2019 e entra imediatamente em vigor.



Audrey Suelen Brito Milla

Presidente

INSCRIÇÕES SEMINÁRIO E CURSO

| Tipo de Inscrição | Valor (R\$) |
|--|-------------|
| Filiados | 1.000,00 |
| Filiados às demais Associações Estaduais Parceiras | 1.200,00 |
| Não filiados | 1.500,00 |

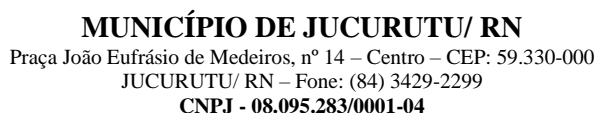
ATENÇÃO!

Política de Privacidade: clique [aqui](#) para ler.

Política de Inscrição:

Os interessados deverão **POSSUIR VÍNCULO FUNCIONAL DE CARÁTER EFETIVO OU COMISSIONADO**, sendo **quaisquer outros vínculos** impedidos de participação.

PARA EFETUAR A INSCRIÇÃO, o interessado deve, primeiro, informar no campo abaixo o número do CNPJ em que tenha vínculo funcional e que será responsável pelo pagamento da inscrição, e em seguida clicar em "Avançar". Em caso de dúvidas, basta entrar em contato clicando [aqui](#). **Ao realizar a inscrição, você estará automaticamente concordando com as Políticas acima descritas.**



Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores

Assunto: Aprovação para abertura de processo de contratação

Exmº Sr Prefeito Municipal

Vimos através do presente, solicitar de V. Ex^a a aprovação para abertura de processo de contratação visando a **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, bem como a designação dos agentes públicos que atuarão durante o trâmite processual.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 20 de março de 2025.

Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Secretária Municipal de Planejamento





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76355-fe83081a-8ca7-4631-ac28-2d7677b69d56

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ Joelma de Fátima Lopes de Medeiros (CPF: 023.***.***-43), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76355_fe83081a-8ca7-4631-ac28-2d7677b69d56_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores

APROVAÇÃO DE DEMANDA

APROVO a abertura de procedimento de planejamento de contratação visando a **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, ao tempo em que **DESIGNO** os servidores que atuarão no processo de planejamento da contratação, conforme portaria em anexo.

Jucurutu/RN, 20 de março de 2025.

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76356-bc958f54-9951-4bd0-bff2-8c255da5f9f5

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ Igo Nielson de Queiroz e Silva (CPF: 061.***.***-83), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76356_bc958f54-9951-4bd0-bff2-8c255da5f9f5_assinado.pdf



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para a elaboração e subscrição dos editais do Município de Jucurutu/ RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso ii, da lei orgânica do município e conforme as disposições da lei federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora abaixo relacionada para a elaboração e subscrição dos editais de licitação **do Município de Jucurutu/ RN**:

Aldimária Domingos da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 068/2024, e todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2025.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 14 de janeiro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:0ABF45EE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 15/01/2025. Edição 3455
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 136, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 136, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da equipe de planejamento das contratações do município de Jucurutu/ RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso ii, da lei orgânica do município e conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **equipe de planejamento das contratações do Município de Jucurutu/ RN**:

Clenilson Bezerra da Silva para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar/ Mapa e Alocação de Riscos;

Sandra Azevedo Queiroz para a elaboração do Termo de Referência;

Jocione Bezerra de Medeiros para a elaboração da Pesquisa de Preços.

Parágrafo único - São atribuições da Equipe de Planejamento da Contratação as dispostas nos Decretos Municipais:

a) Decreto nº 1.415/2024 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - **ETP**, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/ RN**;

b) Decreto nº 1.416/2024 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – **TR**, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito do Município de **Jucurutu/ RN**;

Decreto nº 1.410/2024 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de **pesquisa de preços** para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do **Município de Jucurutu/ RN**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 200/2024, e todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 14 de janeiro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:2E598CF2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 15/01/2025. Edição 3455
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio e da comissão de contratação

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, no uso de suas atribuições legais, conforme as disposições da lei federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021, e o decreto municipal nº 1.412, 15 de março de 2024, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação.

RESOLVE

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como **Agente de Contratação**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o(s) seguinte(s) servidor(es):

Janat Érika Fernandes de Medeiros;

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será o(a) servidor(a) **Janat Érika Fernandes de Medeiros** designada como **Pregoeira** do Município.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a **Equipe de Apoio**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, os seguintes servidores:

Alexsandro Emanuel Belarmino Pereira;
Joyce Raymizam Gomes dos Santos.

Art. 3º Ficam nomeados para comporem a **Comissão de Contratação** nos termos da Lei nº 14.133/2021, os seguintes servidores:

Janat Érika Fernandes de Medeiros;
Joyce Raymizam Gomes dos Santos;
Valdinez Vieira da Silva.

Art. 4º As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no **Decreto Municipal nº 1.412, 15 de março de 2024.**

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a portaria nº 067/2024 e todas as disposições contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 14 de janeiro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:4C7B528E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 15/01/2025. Edição 3455
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>



MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS

CONSIDERANDO, a **APROVAÇÃO DE DEMANDA** pelo Exmº Sr. Prefeito Municipal;

Encaminhamos o presente processo para a Equipe de Planejamento da Contratação - **EPC** que deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. A equipe poderá ser requisitada para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Jucurutu/RN, 20 de março de 2025.

Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
Secretária Municipal de Planejamento





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76360-5140f926-6036-431b-8676-fcf394650676

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

- ✓ JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS (CPF: 024.***.***-57), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN
- ✓ Joelma de Fátima Lopes de Medeiros (CPF: 023.***.***-43), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76360_5140f926-6036-431b-8676-fcf394650676_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Ilmº Sra. Secretaria Municipal de Compras

Sandra Azevedo Queiroz

Venho através deste, APRESENTAR o Estudo Técnico Preliminar – ETP destinado à **“AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS”.**

Jucurutu/RN, 21 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)
Clenilson Bezerra da Silva
Portaria n.º 136/2025

Documento assinado eletronicamente por: - CLENILSON BEZERRA DA SILVA, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaexato-api/documentos> e informar o código 76640-9b9fe1c7-798c-456f-983d-e1b493384b8





Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI
JUCURUTU

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – OBJETO

1.1 Aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 Não há no Município o Plano de Contratações Anual diante do fato de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela administração, por prazo determinado, com base no que preconiza a Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários. Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

3.2 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública. Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

3.3 Importante registrar, neste instante, que a ANORPREV é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível estadual/regional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

3.4 O evento ocorrerá nos dias 09,10 e 11 de abril de 2025, na cidade de Natal/RN e será realizado pela **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**. Segue em anexo o folder informativo sobre o evento a ser realizado.





4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa fornecedora deverá cumprir com as solicitações da secretaria acerca dos serviços prestados, seguindo especificações importantes para o cumprimento total do serviço, sendo eles:

4.1.1 Na execução do contrato, empenhará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados;

4.1.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE;

4.1.5 Produção de Nota Fiscal em consonância com o empenho e entrega;

4.1.6 Executar os serviços dentro dos prazos estipulados pelo instrumento editalício e de acordo com as suas especificações;

4.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme, a ser disciplinado no processo;

4.3 O curso deverá aprimorar os procedimentos teóricos e operacionais quanto à área de atuação dos agentes públicos;

4.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração

5 – AREA REQUISITANTE

| | |
|-------------------|--|
| AREA REQUISITANTE | Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu |
| RESPONSÁVEL | Maria da Paz de Araújo |

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 A quantidade de inscrições abrange a quantidade de servidores que irão participar da capacitação.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT |
|------|---|------|-------|
| 01 | Aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | UNID | 06 |

7 LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Por se tratar de um serviço de aperfeiçoamento profissional e treinamento com contratação de serviços técnicos especializados, configura-se a inviabilidade de competição, estando, assim, a contratação por meio de inexigibilidade de licitação, amparada legalmente no art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021:





Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

8 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado da contratação será de 6 (seis) inscrições pagas, ficando o valor total de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

9 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 Mediante a solução encontrada, se faz imprescindível para administração, a **inexigibilidade de licitação**, visando a contratação da **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**, conforme rege o Art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021.

9.2 A **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**, é uma instituição sem fins lucrativos a qual o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu é filiado, essa associação tem como finalidade promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos RPPS, além de fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos órgãos de Previdência Própria municipal e estadual. Para tanto a associação oferece cursos, sendo esses eventos únicos e exclusivos quanto a sua programação científica.

9.3 A referida contratação nos moldes propostos neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, visa atender as necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu no treinamento e aperfeiçoamento dos seus servidores.

10 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1 Não se aplica o parcelamento do objeto.

11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 A presente contratação traz como expectativa a capacitação dos servidores que atuam no RPPS, conforme apresentação do evento “**III Seminário da ANORPREV**” têm por objetivo de capacitar os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, promovendo uma completa imersão nos mais diversos conhecimentos previdenciários bem como a interação dos mesmos com Especialistas renomados do Brasil, possibilitando Networking com esses especialistas e recebimento de feedbacks importantes.

12 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

12.1 Para o objeto do presente procedimento pretendido não haverá a necessidade de





providências prévias a serem adotadas no âmbito da Administração do município de Jucurutu segundo os aspectos apresentados.

13 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1 Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

14 IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Não se identificou nenhum possível impacto ambiental decorrente da contratação pretendida.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra ser VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação, tendo em vista a necessidade do objeto e o reconhecimento como elemento de grande importância para a Administração Municipal.

Jucurutu/RN, 21 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)

Clenilson Bezerra da Silva

Portaria n.º 136/2025





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76641-35a899cc-bd23-4247-8ea0-a4192f738097

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ CLENILSON BEZERRA DA SILVA (CPF: 132.***.***-06), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76641_35a899cc-bd23-4247-8ea0-a4192f738097_assinado.pdf





Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Interessados: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU.

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS** para a futura **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, de forma a melhor atender as necessidades da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**.

1 – INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação/aquisição, bem como o alcance dos resultados pretendidos com o objeto.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

A seguir são definidos os parâmetros escalares que representam, para o processo de contratação em análise, os níveis de probabilidade e impacto, que resultarão nos níveis de risco, após a multiplicação. Esses resultados irão nortear as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

| ESCALA DE PROBABILIDADE | | |
|--------------------------------|-------------|---|
| PROBABILIDADE | PESO | DESCRIÇÃO |
| Muito Baixa | 1 | Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça. |
| Baixa | 2 | O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual. |
| Média | 5 | Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma. |
| Alta | 8 | Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade. |
| Muito Alta | 10 | Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo. |





Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade.

Na tabela a seguir, apresentamos a **Classificação de impacto**, que consiste em um instrumento de apoio para a definição de classificação do nível de impacto.

| ESCALA DE IMPACTO | | |
|-------------------|------|--|
| IMPACTO | PESO | DESCRIÇÃO |
| Muito Baixo | 1 | Não altera o alcance do objetivo. |
| Baixo | 2 | Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo. |
| Médio | 5 | Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável. |
| Alto | 8 | Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão. |
| Muito Alto | 10 | Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível. |

Tabela 2: Escala de classificação de impacto.

Já na próxima tabela, apresentamos a **Matriz Probabilidade x Impacto**, que consiste em um instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

| MATRIZ DE RISCO | | | | | | |
|-----------------|---------------|---------------|----------|----------|----------|---------------|
| Impacto | Muito Alto 10 | 10 RM | 20 RM | 50 RA | 80 RE | 100 RE |
| | Alto 8 | 8 RB | 16 RM | 40 RA | 64 RA | 80 RE |
| | Médio 5 | 5 RB | 10 RM | 25 RM | 40 RA | 50 RA |
| | Baixo 2 | 2 RB | 4 RB | 10 RM | 16 RM | 20 RM |
| | Muito Baixo 1 | 1 RB | 2 RB | 5 RB | 8 RB | 10 RM |
| | | Muito Baixa 1 | Baixa 2 | Média 5 | Alta 8 | Muito Alta 10 |
| Probabilidade | | | | | | |

Tabela 3: Matriz de Probabilidade x Impacto.

Cumprir esclarecer se o produto da probabilidade versus impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Assim, caso o risco enquadre-se na região azul (0 a 1) seu nível de risco é muito baixo já na verde (2 a 9), seu nível de risco é entendido como baixo, logo, admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Caso esteja na região amarela (10 a 39), entende-se como médio; se estiver na região laranja (40 a 79) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (80 a 100), entende-se como nível de risco muito alto (risco extremo).





| CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL | |
|------------------------|----------|
| RICO | ESCALA |
| RM (Risco Ínfimo) | 0 - 1 |
| RB (Risco Baixo) | 2 - 9 |
| RM (Risco Médio) | 10 - 39 |
| RA (Risco Alto) | 40 - 79 |
| RE (Risco Extremo) | 80 - 100 |

Tabela 4: Classificação do nível do risco

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

| Id | Risco | Relacionado ao (à): | P | I | Nível de Risco (P x I) |
|-----|---|-----------------------------|---|---|------------------------|
| R01 | Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes e/ou inconsistentes. | Planejamento da Contratação | 2 | 8 | 16 |
| R02 | Empresa com problemas na documentação exigida para a contratação | Seleção do Fornecedor | 5 | 8 | 40 |
| R05 | Descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada | Gestão Contratual | 2 | 8 | 16 |

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

3.1. Riscos relacionados à fase de Planejamento da Contratação:

| | | | | |
|-----------------|--------------------------------------|---|--|--------------------|
| Risco 01 | Risco: | Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Gerenciamento de Risco (MGR) e Termo de Referência (TR) deficientes ou inconsistentes. | | |
| | Probabilidade: | Baixa | | |
| | Impacto: | Alto | | |
| | Dano (Consequência)1: | Especificação elaboradas com inconsistências técnicas. | | |
| | Dano (Consequência)2: | Elaboração do ETP, MGR e TR com ausência de itens normativamente exigidos. | | |
| | Dano (Consequência)3: | Requisitos técnicos com alto risco de não serem atendidos. | | |
| | Tratamento: | Mitigar. | | |
| Id | Ação de tratamento Preventiva | | | Responsável |





| | | | |
|--|-----------|---|---|
| | 1 | Convocação de servidores com conhecimento técnico adequado disponíveis à demanda para a confecção dos artefatos | Autoridade competente |
| | 2 | (Formação da equipe) Realização de cursos, seminários e palestras pertinentes ao tema. | Autoridade competente |
| | 3 | Revisão dos artefatos pelos servidores que compõem as áreas envolvidas e, em consequência, maior participação no processo de contratação. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| | 4 | Uso de modelos instrumentais técnicos preestabelecidos pelos órgãos competentes. | Integrante Técnico apoiado pela Equipe de Planejamento da Contratação |
| | Id | Ação de tratamento de Contingência | Responsável |
| | 1 | Revisão de documentos durante o planejamento da contratação. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| | 2 | Suspensão do certame e revisão do processo de planejamento da contratação. | Integrante Requisitante e Técnico |

3.2. Riscos relacionados à fase de Seleção do Fornecedor:

| | | | |
|-----------------|------------------------------|--|---------------------|
| Risco 02 | Risco: | Empresa com problemas na documentação exigida para a contratação | |
| | Probabilidade: | Média | |
| | Impacto: | Alto | |
| | Dano (Consequência)1: | Não contratação do serviço | |
| | Tratamento: | Mitigar. | |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva | Responsável |
| | 1 | Exigência de documentos atualizados sob pena de não contratação do serviço | Setor de Licitações |
| | Id | Ação de tratamento de Contingência | Responsável |
| | 1 | Não contratação do serviço com a respectiva empresa. | Setor de Licitações |

3.3. Riscos relacionados à fase de Gestão Contratual

| | | | |
|-----------------|------------------------------|--|--------------------|
| Risco 03 | Risco: | Descumprimento de condições e obrigações previstas no contrato e anexos pela contratada. | |
| | Probabilidade: | Baixa | |
| | Impacto: | Alto | |
| | Dano (Consequência)1: | Não fornecimento dos serviços. | |
| | Tratamento: | Mitigar. | |
| | Id | Ação de tratamento Preventiva | Responsável |





| | | |
|-----------|---|--|
| 3 | Dimensionamento adequado do corpo de fiscalização e gestão contratual. | Autoridade competente |
| Id | Ação de tratamento de Contingência | Responsável |
| 1 | Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 2 | Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Os riscos identificados e passíveis de ações para sua mitigação na fase de planejamento tiveram ações preventivas tomadas. Os riscos referentes às fases de Seleção do Fornecedor e gestão do Contrato serão acompanhados pela Equipe de Planejamento da Contratação para efetivar as devidas ações estabelecidas neste mapa.

| Id. Risco | Id. Ação | Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos |
|------------------|-----------------|--|
| R01 | P1 | Membros da Equipe de Licitação e equipe técnica demandante se reuniram para iniciar o planejamento da contratação, sendo definidos os participantes do grupo de planejamento da aquisição. |
| R01 | P2 | Início da elaboração dos documentos/artefatos pelos membros das equipes de Licitação e equipe técnica demandante. |
| R03 | P2 | Iniciado efetivamente a elaboração dos documentos de planejamento da contratação. |
| R02 | P1, P2 | Artefatos produzidos pelo integrante demandante e revisado pelo Integrante requisitante, administrativo e pregoeiro, conforme documentos ETP, TR e MGR. |

Jucurutu-RN, 21 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)
Clenilson Bezerra da Silva
Portaria nº. 136/2025





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76642-a0adabf0-5556-4ecf-9157-f3225a9a62e8

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ CLENILSON BEZERRA DA SILVA (CPF: 132.***.***-06), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76642_a0adabf0-5556-4ecf-9157-f3225a9a62e8_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Ao Ilmº Sr. Jocione Bezerra de Medeiros
Pesquisador Oficial

Vimos através deste, APRESENTAR o **TERMO DE REFERÊNCIA** destinado à **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, destinada ao **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU**

Jucurutu/RN, 24 de março de 2024.

Sandra Azevedo Queiroz
Portaria nº 136/2025
(assinado eletronicamente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76677-ab2db5b1-2b63-4502-a901-a96c8c60301d

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ SANDRA AZEVEDO QUEIROZ (CPF: 076.***.***-93), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76677_ab2db5b1-2b63-4502-a901-a96c8c60301d_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, nos termos da tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT |
|------|---|------|-------|
| 01 | Aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | UNID | 06 |

1.2 A **aquisição** será realizada a fim de efetivar a inscrição do evento, que será realizado de 09 a 11 de abril de 2025.

1.3 O contrato terá vigência tendo por termo inicial a data de sua assinatura e termo final após a efetivação da liquidação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários. Nesse cenário, para garantir a boa gestão dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

2.2 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública. Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

2.3 Importante registrar, neste instante, que a ANORPREV é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível estadual/regional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



2.4 O evento ocorrerá nos dias 09,10 e 11 de abril de 2025, na cidade de Natal/RN e será realizado pela **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**. Segue em anexo o folder informativo sobre o evento a ser realizado.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Por se tratar de um serviço de aperfeiçoamento profissional e treinamento com contratação de serviços técnicos especializados, configura-se a inviabilidade de competição, estando, assim, a contratação por meio de inexigibilidade de licitação, amparada legalmente no art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

3.2 Mediante a solução encontrada, se faz imprescindível para administração, a **inexigibilidade de licitação**, visando a contratação da **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**, conforme rege o Art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021.

3.3 A **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**, é uma instituição sem fins lucrativos a qual o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu é filiado, essa associação tem como finalidade promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos RPPS, além de fortalecer e desenvolver a capacidade administrativa, técnica e financeira dos órgãos de Previdência Própria municipal e estadual. Para tanto a associação oferece cursos, sendo esses eventos únicos e exclusivos quanto a sua programação científica.

3.4 A referida contratação nos moldes propostos neste Estudo Técnico Preliminar – ETP, visa atender as necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu no treinamento e aperfeiçoamento dos seus servidores.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa fornecedora deverá cumprir com as solicitações da secretaria acerca dos serviços prestados, seguindo especificações importantes para o cumprimento total do serviço, sendo eles:

4.1.1 Na execução do contrato, empenhará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados;





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



4.1.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE;

4.1.5 Produção de Nota Fiscal em consonância com o empenho e entrega;

4.1.6 Executar os serviços dentro dos prazos estipulados pelo instrumento editalício e de acordo com as suas especificações;

4.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme, a ser disciplinado no processo;

4.3 O curso deverá aprimorar os procedimentos teóricos e operacionais quanto à área de atuação dos agentes públicos;

4.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução: A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A execução do serviço proveniente da aquisição da inscrição no evento se dará nos dias nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme **folder de divulgação e programação anexos**, que é o período de realização do evento;

5.1.2 A execução do curso está prevista no **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** apresentado em anexo ao DFD;

5.2 Local e horário da prestação dos serviços:

5.2.1 Os serviços serão prestados em **Natal/RN**.

5.3 Materiais a serem disponibilizados:

5.3.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar o material específico para realização do curso;

5.4 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto;

5.6 Dos preços e do faturamento

5.6.1 No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.7 O faturamento das despesas será para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – **PREVI JUCURUTU, CNPJ: 25.344.040/0001-81, Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro.**





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



6-GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7 O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;
- 6.8 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
 - 6.8.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.
 - 6.8.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 6.8.3 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.
 - 6.8.4 Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 6.8.5 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.
 - 6.8.6 Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



- 6.8.7 Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.8.8 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.
- 6.8.9 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.
- 6.8.10 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscalização Administrativa

- 6.9 O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.
- 6.10 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
 - 6.10.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
 - 6.10.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
 - 6.10.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
 - 6.10.4 Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
 - 6.10.5 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;
 - 6.10.6 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Gestor do Contrato

- 6.11 A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



- 6.12 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 6.12.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- 6.12.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.12.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.12.4 Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 6.12.5 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato;
- 6.12.6 Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.12.7 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- 6.12.8 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento; e
- 6.12.9 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
- 6.12.10 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1 Os serviços, atrelados à aquisição da inscrição do evento, serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os serviços, atrelados à aquisição da inscrição do evento, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.
- 7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN, conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE**.
- 7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a. O prazo de validade;
 - b. A data da emissão;
 - c. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d. O período respectivo de execução do contrato;
 - e. O valor a pagar; e
 - f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



- 7.11 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.12 A Administração deverá:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.13 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Instituto de Previdência dos Servidores (PREVI)**.

Prazo de pagamento

- 7.17 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta (30) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad \text{TX = Percentual da taxa anual = 6\%}$$

Forma de pagamento

- 7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



- 7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 Por se tratar de um serviço prestado unicamente pela **Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00)**, configura-se a inviabilidade de competição, estando, assim, a contratação por meio de **INEXIGIBILIDADE de LICITAÇÃO**, a qual encontra amparo legal no **art. 74, III, f da lei 14.133, de 2021**, e suas alterações.

8.1.1 Habilitação jurídica

- a. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro
CEP: 59.330-000 JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04



a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação será de 6 (seis) inscrições pagas, ficando o valor total de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a. Gestão/Unidade:

14.014 – Instituto Previdência Social - PREVI

b. Fonte de Recursos:

18020000 – Recursos vinculados ao RPPS – taxa de administração

c. Programa de Trabalho:

0002 – Gestão Administrativa Superior;

d. Elemento de Despesa:

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

e. Plano Interno:

2060 – Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores

11 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1 Não há no Município de Jucurutu/ RN o Plano de Contratações Anual para o exercício financeiro de 2025 diante de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração.

11.2 No entanto, a presente aquisição goza de previsibilidade do Planejamento Estratégico desta Administração, por meio do Plano Plurianual 2022 a 2025, instituído pela Lei Municipal nº 1039/2021, através da **FUNÇÃO: 14.014 – Instituto Previdência Social - PREVI, Gestão/Unidade: 2060 – Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores**

Jucurutu/RN, 24 de março de 2025.

Sandra Azevedo Queiroz
Portaria nº 136/2025
(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por: - SANDRA AZEVEDO QUEIROZ, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaexato-api/documentos> e informar o código 77105-b7bd017-664b-4495-b6e7-533c5214e922





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 77105-b7bdd0f7-664b-4495-b6e7-533c52f4e922

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ SANDRA AZEVEDO QUEIROZ (CPF: 076.***.***-93), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/77105_b7bdd0f7-664b-4495-b6e7-533c52f4e922_assinado.pdf





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU
Praça João Eufrazio de Medeiros, n 14, centro
CEP: 59.330-000 - CNPJ: 08.095.283.0001/04

Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025.

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na **Lei Nº 14.133/2021**.

| | | | | | | |
|---|--|---|---------|-------|--------------|--------------|
| 1 | OBJETO | AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS | | | | |
| 2 | PERÍODO DE REALIZAÇÃO | 24/03 de 2024 | | | | |
| 3 | METODOLOGIA APLICADA | Inexigibilidade. | | | | |
| | () Média. () Mediana. () Menor Preço. (x) Inexigibilidade | | | | | |
| | Justificativa | | | | | |
| 4 | FONTES DE PESQUISA | | | | | |
| | Foi realizada a pesquisa de mercado utilizando os seguintes parâmetros: | | | | | |
| | () | I - Painel de Preços – (https://paineldeprecos.planejamento.gov.br) Não utilizado por não ser compatível com a contratação. | | | | |
| | () | II - Contratações similares de outros entes públicos em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores a data da pesquisa de preço Não utilizado por não ser compatível com a contratação. | | | | |
| | () | III - Pesquisa publicada e mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo desde que contenha a data e hora do acesso. Não utilizado por não ser compatível com a contratação. | | | | |
| | (x) | IV - Pesquisa com fornecedores, desde que as Datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 dias. | | | | |
| 5 | ANÁLISE DA PESQUISA | | | | | |
| | 3.1 Resultado da cotação realizada diretamente com ASSOCIACAO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA SOCIAL, CNPJ: 29.949.556/0001-00 | | | | | |
| | Item | Descrição | Unid | Quant | V. unit | V. total |
| | 01 | Aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | Unidade | 06 | R\$ 1.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| | VALOR TOTAL | | | | | 6.000,00 |

Documento assinado eletronicamente por: - JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaexato-api/documentos> e informar o código 77106-f31851f8-0a60-4969-b041-4b21ff9007fe





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU
Praça João Eufrazio de Medeiros, n 14, centro
CEP: 59.330-000 - CNPJ: 08.095.283.0001/04

| | |
|---|--|
| 6 | Anexos: A documentação comprobatória contendo que compõem a pesquisa de preço, segue anexa ao DFD, pois foi cotada previamente. |
|---|--|

Jucurutu/RN, 24 de março de 2025.

.....
Jocione Bezerra de Medeiros
Portaria nº 136/2025
(assinado eletronicamente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 77106-f31851f8-0a60-4969-b041-4b21ff9007fe

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS (CPF: 024.***.***-57), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/77106_f31851f8-0a60-4969-b041-4b21ff9007fe_assinado.pdf



Pesquisa N°: **2/2025**

Período: 24/03/2025

Nº Processo: **34/2025**

Tipo de Cálculo: **Valor Médio**

Objeto: AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS

| Item | Qtd. Und | ASSOCIAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE REGIMES PRÓPRIOS | Vlr. Final | Vlr. Total |
|---|--------------|---|-----------------|-----------------|
| | | 6.000,00 | 6.000,00 | |
| 1 - 0139501 - Aquisição de 06 (seis) inscrições para o "III SEMINÁRIO DA ANORPREV", promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos. | 6,00 UNIDADE | 1.000,00 | 1.000,00 | 6.000,00 |
| Total: | | | | 6.000,00 |

* Valor Inexequível

Observação:

JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS
024.166.274-57
CHEFE DO SETOR DE COMPRAS

Documento assinado eletronicamente por: **LOICOM BEZERRA DE MEDEIROS**,
 eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucuru.prosipe.com/assinaxato-api/documentos> e informar o código 76889-8157fcd4-07e7-7-4-60f-bdc6-90d7342851c4





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 76689-81547bcf-07e7-460f-bc46-90d7a42851c4

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOCIONE BEZERRA DE MEDEIROS (CPF: 024.***.***-57), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/76689_81547bcf-07e7-460f-bc46-90d7a42851c4_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone/ Fax: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 20030001/2025

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU

Assunto: **AQUISIÇÃO DE 06 (SEIS) INSCRIÇÕES PARA O “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, PROMOVIDO PELA ANORPREV, NOS DIAS 09 A 11 DE ABRIL DE 2025, NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.**

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO ATO ADMINISTRATIVO DE APROVAÇÃO

1.1. O Termo de Referência, como documento de planejamento que é, deve ser compreendido como um passo inicial da fase preparatória da licitação.

2 - DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários. Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

2.2 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública. Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 06 (seis) inscrições para o “III SEMINÁRIO DA ANORPREV”, promovido pela ANORPREV, nos dias 09 a 11 de abril de 2025, no Município de Natal/RN, conforme folder de divulgação e programação anexos.

2.3 Importante registrar, neste instante, que a ANORPREV é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível estadual/regional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

2.4 O evento ocorrerá nos dias 09,10 e 11 de abril de 2025, na cidade de Natal/RN e será realizado pela Associação Norte Riograndense de Regimes Próprios de Previdência Social – ANORPREV (CNPJ: 29.949.556/0001-00). Segue em anexo o folder informativo sobre o evento a ser realizado.

3 – DA APROVAÇÃO





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone/ Fax: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

3.1. Desta feita, por vislumbrar que o Termo de Referência apresenta definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara e que a Pesquisa de Mercado contém elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA.

4 – DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO A LOA E COMPATIBILIDADE COM O PPA E A LDO

4.1. Declaro, para fins de atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que a despesa pública objeto do processo em epígrafe guarda total adequação orçamentária e financeira com a vigente Lei Orçamentária Anual – LOA do **Município de Jucurutu/RN**, bem como compatibilidade com os demais instrumentos de planejamento orçamentário municipais, ou seja, com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ora em vigor.

5 – PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES

5.1. A presente demanda se enquadra nas possibilidades de **contratação direta por inexigibilidade** estabelecido no **art. 74, da Lei nº. 14.133/2021**.

5.2. Encaminhem-se os autos deste processo para:

- ato contínuo, à Agente de Contratação para elaboração da Minuta do Contrato Administrativo;
- Após, à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da legalidade da contratação.

Jucurutu/RN, 27 de março de 2025.

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 77387-141dabaa-1f77-4fd4-8efa-079ab58ca81d

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ Igo Nielson de Queiroz e Silva (CPF: 061.***.***-83), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/77387_141dabaa-1f77-4fd4-8efa-079ab58ca81d_assinado.pdf

